

Prioridades do MEC não atingem os professores

O Ministério da Educação acaba de liberar Cr\$ 2,9 trilhões para serem aplicados no ensino de primeiro grau. Este montante, que será usado em 1985/86, representa 37,1% da verba do Ministério, quando, no ano de 1984, foram destinados a esse setor 16,5%. Marco Maciel, o ministro, sempre frisou que a prioridade de sua Pasta seria o ensino básico de 1.º grau.

Agora, o que parece não estar muito lógico é a distribuição dessa verba, de acordo com as prioridades dentro da prioridade. Dos Cr\$ 2,9 trilhões, 900 bilhões de cruzeiros serão destinados à construção de novas escolas e — pasmem — Cr\$ 100 bilhões, apenas, estão reservados à formação de professores. Pergunta: esta não foi a prioridade de todos esses governos que ocuparam o Palácio do Planalto? Já não existiriam no País escolas em número suficiente para que se deixasse esse aspecto do problema em segundo plano, por uns tempos, dando apoio a outras dificuldades que o ensino brasileiro, do primeiro grau ao ensino de nível superior, enfrenta, dos quais a formação do professorado é das mais prementes?

Não é o caso de ficar discutindo quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha. Mas é preciso que se trabalhe sobre dados objetivos. Uma pesquisa feita em 1982 pelo IBGE revelou que os 8,8 anos que são a média para a população que frequenta escolas no Brasil correspondem só a cinco séries estudadas. Isto significa que o índice de repetência nesse período escolar está próximo dos 50 por cento. Não é preciso pensar muito, pois, para concluir que metade das salas de aulas não são liberadas a novos alunos, já que estão ocupadas pelos repetentes. Será que o problema, então, reside na construção de novas escolas? Ou será que é mais interessante perguntar por que as crianças não conseguem acompanhar os estudos?

O professor, especialmente o da periferia, é aquele sujeito que tem dois ou três empregos, leva de duas a três horas para chegar à escola onde leciona, tem uma formação mediana e está impossibilitado de fazer cursos de aperfeiçoamento e reciclagem. Muito bem. Pergunta: como será esse professor dentro de uma sala de aula? Terá paciência com seus alunos, muitas vezes crianças subnutridas e por

isso com dificuldades de aprendizado? Será realmente um educador ou seus conhecimentos, sua formação só lhes permitem acompanhar um livro didático qualquer? Estará realmente preocupado se seus alunos aprendem ou não, ou está ali cumprindo suas horas-aulas tão-somente?

Quem conhece um mínimo de escolas das regiões mais humildes sabe que o professorado, em sua grande maioria, não tem condições de ensinar uma criança. Sabe que vai encontrar professores de português que cometem, a todo instante, erros crassos; professores de matemática que não conseguem fazer conta sem a ajuda dos dedos; professores de história que sabem, mal e mal, que foi Pedro Álvares quem descobriu o Brasil, e assim por diante. E de quem é a culpa, dos professores? Em parte, sim, já que o ato de ensinar, de educar, deve pressupor um carinho todo especial para com a profissão. Em parte não, pois, quando se tem conhecimento de que em Pernambuco cerca de metade dos 17 mil professores da rede municipal ganha cerca de 60 mil cruzeiros, não se pode deixar de pensar — como é que esse pessoal consegue dinheiro para comer.

O ministro Marco Maciel não foi, realmente, muito feliz na distribuição da verba de seu Ministério para o primeiro grau. É preciso que se comece a ter a noção exata de prioridade, que se dê início a um novo período para a educação neste País.

Num ponto o ministro teve bom senso. Foi quando destinou Cr\$ 800 bilhões para o programa de merenda escolar. Sabe-se que a merenda oferecida nas escolas é responsável por 80 por cento das necessidades alimentares das crianças carentes. E foi feliz também ao, seguindo o exemplo da política implantada no Estado de São Paulo, resolver pela municipalização da merenda: cada prefeito recebe o dinheiro do governo estadual para que compre alimentos de acordo com a economia da cidade que governa. Isto evita o desperdício de verba com alimentos industrializados, recorrendo-se aos agricultores da região. Comida mais sadia, a um custo menor.

Esperemos que o País acorde, então, para seus problemas reais, e esperemos que a Nova República não se esqueça de que a verba para a educação deste ano está em 7,8 trilhões de cruzeiros, quando, de acordo com a emenda João Calmon, aprovada pelo Congresso em 1983, está estipulado que 13 por cento do orçamento federal deve ser dedicado ao ensino. Chega de matar a educação neste País. Já basta o que foi feito nestes anos de arbítrio, onde o mais importante era a segurança nacional, este monstro sem face. Democracia só pode ser atingida se um povo tem acesso à cultura, à educação, ao conhecimento. (A. E.)

Fátima Lopes